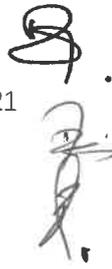


E.M.
Óbidos **Criativa**

RELATÓRIO E CONTAS 2021

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
Atividades durante a Covid-19	5
Iniciativas Desportivas	8
Mensagem da Administração	9
1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO.....	11
1.1 Considerações Gerais.....	11
1.2 A Atividade e o Impacto da Covid-19.....	11
1.3 Rendimentos.....	13
1.4 Gastos.....	15
1.5 Resultados.....	17
2. POSIÇÃO FINANCEIRA	18
2.1 Indicadores Economico-Financeiros.....	18
2.2 Gestão de Risco	19
3. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL ...	20
4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO	20
5. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
6. PERSPETIVAS FUTURAS.....	21
7. INFORMAÇÕES DIVERSAS.....	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
ANEXO	29



Identificação

Óbidos Criativa – E.M.

Sede Social

Edifício dos Paços do Concelho, Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos

Número de pessoa colectiva

507 566 343

Capital Social: € 1.137.886,00

Estrutura Accionista: Município de Óbidos 100%

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente (Executivo): Ricardo Miguel Pereira Duque

Vogal da Administração (Não Executiva): Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis

Vogal da Administração (Não Executivo): Paulo Alexandre de Sousa dos Santos

Fiscal Único

Garruço, Viana & Associado, SROC, Lda., representada por Elisabete Pereira Abrantes Garruço

Contabilista Certificada

Michelle Henriques Ferreira

1. INTRODUÇÃO

Entidade empresarial local

A Óbidos Criativa, E.M., é uma pessoa coletiva pública provida de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira sob tutela do Município de Óbidos, acionista único.

No panorama empresarial do concelho de Óbidos, a empresa municipal, tem um papel de divulgação do destino, criando condições para que o plano de animação cultural seja levado a cabo, tornando-a numa empresa chave para o desenvolvimento económico e turístico local.

Desde a sua criação que a empresa municipal tem como objetivo principal a exploração de atividades de interesse geral, incluindo a gestão e exploração de equipamentos e infraestruturas afetadas ao desenvolvimento de atividades no domínio da Cultura, da Ação Social, da Educação e Formação Profissional, do Turismo, da cooperação internacional e da promoção da inovação e criatividade. Este conjunto de áreas é, normalmente, desenvolvido ao longo do ano, em sintonia com outros objetivos dos quais se destacam a realização de atividades que visam a promoção do desenvolvimento económico local, a eliminação de assimetrias e reforço da coesão social, designadamente através de desenvolvimento de atividades de promoção e gestão de equipamentos, projetos e iniciativas nos domínios da Educação, da Cultura, e do Turismo de Óbidos.

O ano de 2021 iniciou-se, ainda, com muitas restrições, a nível da saúde pública, devido à continuidade da Pandemia da COVID-19. O país iniciou o ano civil com medidas preventivas bastante rigorosas e, por sua vez, a Óbidos Criativa, E.M., continuou a atividade de forma muito reduzida e sempre em respeito pelas normas sanitárias em vigor. Os primeiros meses foram meses dedicados ao desenvolvimento de atividades em linha, conforme o que já havia sucedido em 2020 e os eventos Festival Internacional de Chocolate, a programação cultural da Semana Santa e Latitudes foram cancelados.

Aos poucos, a implementação do Plano de Vacinação, e a adesão da população portuguesa ao mesmo, permitiram que as regras começassem a aliviar a partir de finais da primavera, o que proporcionou um arranque lento da atividade da empresa municipal, a partir do fim do primeiro semestre de 2021.



Atividades durante a Covid-19

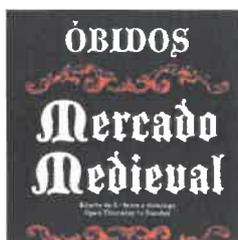
O ano de 2021 pautou-se pela continuidade da situação pandémica o que continuou a influenciar, fortemente, a atividade normal da empresa municipal.

Neste sentido, a empresa que já estava em “reinvenção” desde o início da pandemia, continuou a desenvolver atividades em formato digital e alguns apontamentos presenciais para os poucos visitantes que a Vila de Óbidos foi recebendo. A empresa municipal tem, entre outras, a responsabilidade de organizar dinâmicas que apoiem a economia local e, por esse motivo, apesar de os colaboradores se terem encontrado durante alguns períodos em teletrabalho, foram desenvolvidas ações de promoção e atração ao destino para que, após a pandemia, Óbidos pudesse voltar à normalidade turística, cultural e económica pré-pandemia.

Ações levadas a cabo:



Um ano depois do cancelamento da edição de 2020, a Óbidos Criativa, devido às condições pandémicas e às restrições sanitárias em vigor, não pode realizar o Festival Internacional de Chocolate de Óbidos. Nesse sentido, e à semelhança do ano transato, a “reinvenção” continuou e não se deixou de marcar aquela que seria a época de apresentação do segundo evento mais antigo que a empresa organiza. Assim, com a equipa em teletrabalho para salvaguarda da saúde de todos, foram efetuadas muitas ações em linha, através das redes sociais e da utilização da plataforma Youtube que serviu de canal para apresentar um conjunto de conversas à volta da temática ligada ao chocolate, intitulado “Tertúlias do Chocolate”, que contaram com a presença de diversos parceiros nacionais e internacionais. Paralelamente, o evento marcou presença na casa de muitos portugueses ao apresentar um conjunto de “boxes” todas com base no chocolate e ligadas às temáticas do Dia dos Namorados, Dia do Pai, Páscoa, Dia da Mãe e Dia da Criança. Para sinalizar as datas, a vila foi marcadas com apontamentos cenográficos na Vila de Óbidos para que, mesmo poucos, os visitantes e a comunidade local sentissem que a empresa municipal continuou a trabalhar para atingir os seus objetivos.



Uma vez mais, não se realizou o Mercado Medieval de Óbidos. No entanto, e porque a situação pandémica continuou a evoluir positivamente, algumas ações, já com a presença de público puderam ser desenvolvidas. Sob a temática “Tempos d'Outrora”, a empresa municipal assinalou a época em que habitualmente se realiza o Mercado Medieval de Óbidos com a organização, em

parceria com os Serviços de Turismo e Cultura do Município, uma exposição intitulada "Fragmentos Medievais", na Capela de São Martinho, talvez o edifício mais antigo dentro do perímetro muralhado da Vila. Esta exposição proporcionou aos visitantes de Óbidos a oportunidade de observar de perto um conjunto de fragmentos arquitetónicos que se encontravam em reserva no Museu Municipal, alguns pertencentes à coleção privada do tenente-coronel Luís Torquato de Freitas Garcia, e que regressam àquele que foi o primeiro núcleo museológico da vila. Foi possível conhecer diferentes peças, entre elas uma mísula e uma carranca e vários capitéis, estes últimos provenientes da antiga Igreja de São Tiago, ou do extinto Convento das Donas Emparedadas, edifícios que ruíram por completo no terramoto de 1755, que também atingiu Óbidos. Adicionalmente, no espaço da Capela de São Martinho, foi também apresentado o vídeo "Ad Purgandum Óbidos". Foi realizado naquele que teria sido o último dia do Mercado Medieval de 2020. Para estas atividades, a empresa municipal investiu na construção de uma réplica de uma Torre de Assalto, uma máquina sobre rodas desenvolvida para atacar as cidades protegidas por muralhas altas de pedra. Este aparelho era constituído por uma grande torre de madeira, coberta com couro molhado para minimizar a sua vulnerabilidade ao fogo e ao óleo quente. Muito utilizada nos cercos medievais, a torre de assalto permitia a aproximação às muralhas inimigas, ao mesmo tempo que protegia os seus utilizadores dos ataques executados pelos sitiados, nomeadamente o contínuo lançamento de pedras, fogo e outros materiais a partir das muralhas e torres das fortalezas.

Como forma de aumentar os atrativos e proporcionar uma maior oferta aos visitantes foi apresentado um programa de visita à Vila, intitulado À Conquista de Óbidos. Esta atividade, teve como base o programa Óbidos Visto pelas Crianças, mas para famílias e pequenos grupos. O objetivo desta atividade foi permitir conhecer a vila ao ritmo de cada um e a oferta de uma tradicional ginja ou outra lembrança no final.

Já em setembro, e com a possibilidade de ter algum público a assistir a atividade, teve lugar a apresentação da peça de teatro "A Marmita" que levou o público, dividido em vários grupos, a percorrer algumas ruas menos conhecidas da vila através de sete cenas.

Como resultado das ações de promoção do Mercado Medieval e da Herança Medieval de Óbidos foi produzido, pela empresa municipal, um documentário intitulado "Um Olhar sobre Óbidos" com a participação da Professora Manuela Santos Silva, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e que foi transmitido nas redes sociais no dia 7 de outubro - Dia Nacional dos Castelos - e no dia 27 de dezembro.



FOLIO

FESTIVAL LITERÁRIO
INTERNACIONAL
DE ÓBIDOS

O FOLIO - Festival Literário Internacional de Óbidos foi o evento de retoma das atividades presenciais em Óbidos. Desde 2015 que Óbidos a rede Mundial das Creative City of Literature da UNESCO e o FOLIO é o culminar das atividades literárias que decorrem ao longo do ano. Em 2021, o FOLIO, foi organizado pelo Município de Óbidos, Fundação INATEL, e Óbidos Criativa, E.M. Esta última foi a entidade responsável pela programação da linha FOLIA que se destacou pela apresentação de 9 concertos, ao vivo, e com a apresentação de temas exclusivos para o FOLIO. Para além desta linha programática, toda a equipa de colaboradores da empresa municipal esteve envolvida nas diversas atividades do festival, colaborando, como habitual, nas iniciativas que decorreram entre os dias 14 e 24 de outubro e que encheram as ruas da vila de letras, palavras, sons, cores, e acima de tudo pessoas, algo que não acontecia desde o início da Pandemia da COVID-19. Embora este evento não seja um evento com receitas diretas para a empresa municipal, é um investimento municipal de grande importância pelo público que atrai a Óbidos e pelas atividades culturais que oferece, colocando a vila no circuito literário internacional.



O fim do ano de 2021 trouxe consigo uma acalmia nas restrições sanitárias e por consequência dessa abertura gradual à normalidade, proporcionou a oportunidade de voltar a realizar o Óbidos Vila Natal, evento que, desde 2006, tem sido uma referência a nível nacional na celebração, em família, desta época do ano. A edição de 2021 teve lugar entre os dias 30 de novembro de 2021 e 02 de janeiro de 2022, e, embora com algumas restrições a nível do número de visitantes em simultâneo no perímetro da Cerca do Castelo, teve uma afluência e recetividade muito elevadas. As pessoas começaram a ter vontade de participar em eventos, de sair de casa e a empresa municipal conseguiu adaptar-se à realidade das testagens COVID-19 e ao controlo efetivo do número de pessoas no espaço onde decorreu o evento. Esta edição do Óbidos Vila Natal foi, definitivamente, o arranque que se esperou durante vários meses. A equipa desenvolveu um evento cheio de atividades ligadas à diversão e à temática geral do Natal e proporcionou um acréscimo, significativo, no fluxo de visitantes à vila e, consequentemente, um impulso na economia local. A própria empresa conseguiu realizar receita de valor considerável, o que não acontecia desde o último grande evento, em dezembro de 2019.

Iniciativas Desportivas

A equipa de natação de competição da Óbidos Criativa no ano de 2021, participou em mais provas que no ano anterior e conseguiu crescer de forma significativa no número de atletas.

Em termos globais, o ano terminou com 54 atletas a representar a Óbidos Criativa, E.M., dos quais, 23 não federados e 31 federados. A equipa federada foi composta por 31 Atletas, 6 Cadetes, 9 Infantis e 16 Masters.

A equipa conquistou sempre um pódio em cada competição que participou, tendo como destaque, o dirigente, treinador e atleta, Daniel Tomás o 3º Lugar no Campeonato Nacional de Verão de Masters nos 50 metros Costas. Destaque também para a atleta Leonor Silva que foi convocada para o estágio de capacitação de Infantis que decorreu dia 28 de Dezembro nas Caldas da Rainha. De salientar também o crescimento da equipa de pré-competição e a equipa de masters, onde se prevê para o ano de 2022 chegar ao número de 70 atletas a representar a OC, algo que será bastante positivo.

Resumo das provas de competição federado

Prova	Data	Local
Torneio Técnicas Alternadas Cadetes	8 Maio	Alcobaça
Torneio 200 Infantis	9 Maio	Alcobaça
Prova Preparação Primavera Infantis	23 Maio	Benedita
Torneio Técnicas Simultâneas Cadetes	12 Junho	Nazaré
IV Troféu Internacional de Natação Master do FC do Porto	13 Junho	Porto
Torneio Meio Fundo Infantis	12 e 13 Junho	Nazaré
Torneio Velocidade Infantis	27 Junho	Caldas da Rainha
Campeonato Nacional Masters	9, 10 e 11 Julho	Famalicão
Torneio de Verão Infantis	11 Julho	Óbidos
Prova de Encerramento Cadetes	17 Julho	Leiria
Leiria Jovem Nadador Infantis	17 Julho	Leiria
Torneio de Abertura de Infantis	23 e 24 Outubro	Caldas da Rainha
Campeonato Distrital Piscina Curta e PP Infantis	6 e 7 Novembro	Leiria
Torneio de Técnicas Alternadas de Cadetes	13 Novembro	Ansião
Troféu Master ANNP	4 Dezembro	Paços de Ferreira
Torneio de Preparação	11 Dezembro	Benedita
1º Torregri	19 Dezembro	Caldas da Rainha



Mensagem da Administração

O ano de 2021 iniciou-se com uma estagnação económica geral e com uma perspectiva de dificuldade, fruto da pandemia causada pela COVID-19. Os primeiros meses do ano, especialmente o primeiro trimestre ficaram marcados pelo agravamento das restrições sanitárias e os consequentes constrangimentos.

À semelhança do ano de 2020, a empresa municipal continuou com um ritmo de atividade muito reduzido e tentou, dentro do que lhe foi possível, dinamizar a economia local e promover o destino Óbidos. Com parte da equipa em teletrabalho e a não realização do Festival Internacional de Chocolate, das atividades culturais da Semana Santa de Óbidos e o Festival – Latitudes – Literatura e Viajantes, a empresa municipal continuou a desenvolver atividades em linha, como as Tertúlias do Chocolate e a venda de presentes, especialmente pensados e desenvolvidos para assinalar o Dia dos Namorados, o Dia do Pai, a Páscoa e o Dia Mundial da Criança. Paralelamente, e como forma de dinamizar a economia local e proporcionar algum alento à comunidade foram apresentados vários apontamentos cenográficos.

No final do primeiro semestre as regras sanitárias aliviaram e começou a estudar-se a possibilidade de se vir a realizar, no último trimestre, eventos presenciais. A primeira atividade consistiu na apresentação de uma peça de teatro. Esta teve ainda como objetivo aferir o nível de adesão do público. Tendo sido um sucesso, e resultado da contínua melhoria das condições pandémicas, foi possível, em outubro, realizar-se o FOLIO - Festival Literário Internacional de Óbidos, que afirmou uma mudança no paradigma dos eventos. Este evento pautou-se por um grande sucesso e uma adesão muito forte por parte do público. A Óbidos Criativa, E.M., dedicou todos os seus recursos ao apoio da realização do FOLIO e foi co-organizadora da linha de programação FOLIA em conjunto com a Fundação INATEL e que trouxe, no espaço de 11 dias, 9 grandes concertos únicos. Em termos logísticos, a decoração, produção e montagens de cenografia também ficaram a cargo da empresa municipal.

Chegado o fim do ano de 2021 e a época do Natal, a Óbidos Criativa, E.M., decidiu organizar, uma vez mais, o Óbidos Vila Natal, em formato presencial. Este evento, embora com restrições de lotação, decorreu com uma forte adesão e teve um impacto financeiro positivo na receita da empresa municipal, o que não acontecia desde dezembro de 2019. Deste modo, dois anos depois, a empresa municipal Óbidos Criativa, E.M., voltou a ser um dos atores principais na dinamização do setor económico local e trouxe esperança para o ano de 2022.

A Administração da empresa municipal, que muito se esforçou para dar continuidade a todos os postos de trabalho e condições para o desenvolvimento de todas as tarefas, agradece o

empenho e dedicação com que todos os funcionários se entregaram a este desafio. Sem uma equipa composta por pessoas dinâmicas, criativas e resilientes e de elevada competência, teria sido mais difícil.

Óbidos, 29 de Março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração (Executivo)



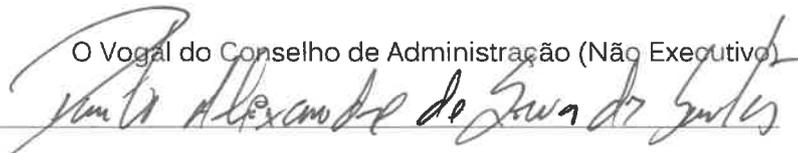
(Ricardo Miguel Pereira Duque)

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis)

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Paulo Alexandre de Sousa dos Santos)



1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

Este relatório e contas respeitantes ao ano de 2021, é elaborado nos termos da alínea d) do artigo 42.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto e o previsto, na alínea g) do artigo 13.º e no artigo 33.º dos Estatutos da Óbidos Criativa, E.M.

1.2 A Atividade e o Impacto da Covid-19

Este capítulo visa identificar a atividade da Óbidos Criativa, E.M., no que concerne os gastos e rendimentos executados no ano de 2021.

No enquadramento do expectável e dentro do orçado e planificado para o ano de 2021, esta análise contempla:

- A execução da reinvenção para não deixar de marcar aquela que seria a época de apresentação do Festival Internacional de Chocolate de Óbidos em plataformas digitais. Sinalizou-se o Dia dos Namorados, Dia do Pai, Páscoa, Dia da Mãe e Dia da Criança com apontamentos cenográficos na vila de Óbidos e a possibilidade de adquirir conjuntos de “boxes” todas com a base no chocolate;
- Os custos inerentes à dinâmica que assinalou a época em que habitualmente se realiza o Mercado Medieval de Óbidos, sob a temática “Tempos de Outrora”. Foram organizados: vídeos; uma exposição; a construção de uma réplica de uma Torre de Asalto; a apresentação de uma peça de teatro e um programa de visita à Vila;
- A execução dos custos parciais e alguns patrocínios associados à colaboração e pareceria nas atividades literárias que decorreram no evento, O FOLIO – Festival Literário Internacional de Óbidos; e
- A execução da calendarização dos últimos dias do evento, Óbidos Vila Natal 2021/2022 de 30 de novembro a 31 de dezembro.

- Eventos cancelados:
 - Festival Internacional de Chocolate;
 - Atividades Culturais da Semana Santa de Óbidos; e
 - Festival – Latitudes – Literatura e Viajantes.



- Eventos adaptados à COVID-19:
 - Festival Internacional de Chocolate substituído por “ Tertúlias do Chocolate” apresentadas através de redes sociais e da utilização da plataforma Youtube, assim como a venda de “boxes” (conjunto de artigos) comerciais; e
 - Mercado Medieval de Óbidos substituído por “ Tempos de Outrora”.

1.3 Rendimentos

A Óbidos Criativa, E.M. conclui o exercício de 2021 com um valor de rendimentos de 658 Mil €uros, correspondente a um aumento de 394 Mil €uros relativamente ao ano anterior.

Acrescem ainda a estes rendimentos o montante de 437 Mil €uros referentes a contrato-programa celebrado com o Município de Óbidos. Para efeitos de comparação com períodos anteriores, os valores apresentados de seguida expurgam o efeito do referido contrato-programa.

Quadro da Estrutura e Comparação de Rendimentos (2020-2021) em €uros

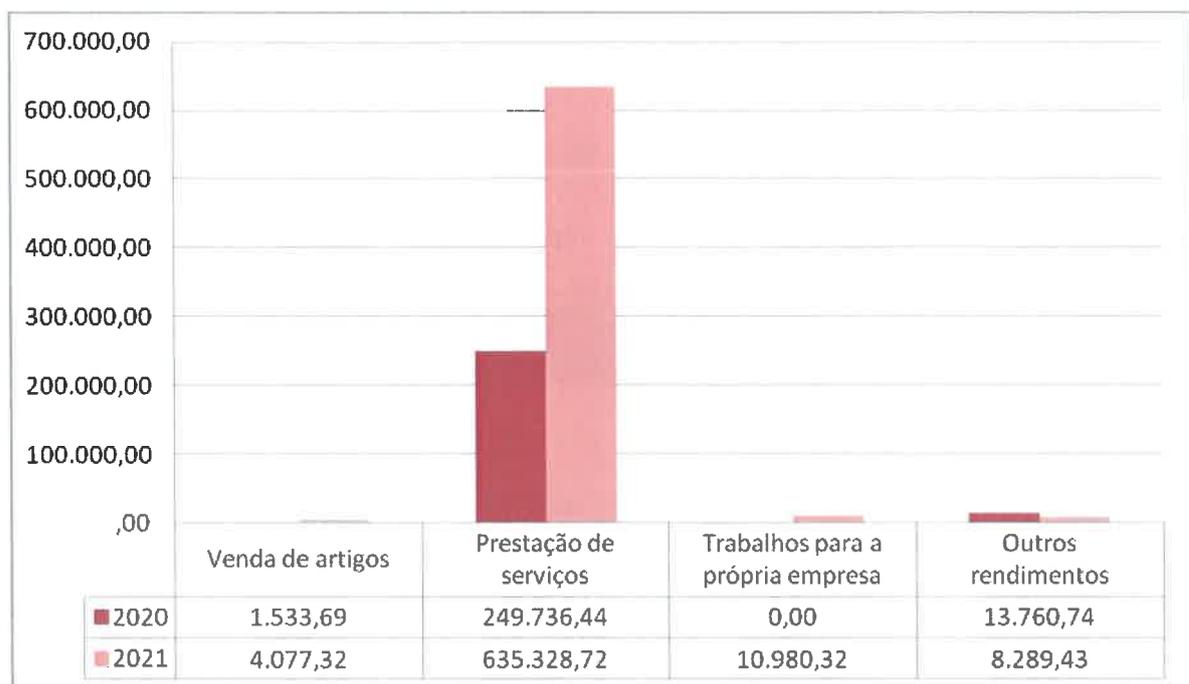
Estrutura de Rendimentos (2020-2021)	2020	%	2021	%	Variação 21/20	
					Valor	%
1. Venda de artigos/mercadorias	1.533,69	0,6%	4.077,32	0,6%	2.543,63	165,9%
2. Prestação de serviços	249.736,44	94,2%	635.328,72	96,5%	385.592,28	154,4%
Eventos	85.291,54	34,2%	438.145,43	69,0%	352.853,89	413,7%
Alugueres & Concessões	164.255,87	65,8%	196.761,43	31,0%	32.505,56	19,8%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	189,03	0,1%	421,86	0,1%	232,83	123,2%
Museus						
3. Trabalhos para a própria empresa	0,00	0,0%	10.980,32	1,7%	-	-
4. Outros rendimentos	13.760,74	5,2%	8.289,43	1,3%	-5.471,31	-39,8%
TOTAL (1.+2.+3.+4.)	265.030,87	100,0%	658.675,78	100,0%	393.644,92	148,5%

O volume de negócios aumenta face ao ano anterior resultante da retoma das atividades em formato presencial, quer nas vendas (+165,9%), quer nas prestações de serviço (+154,4%). O aumento da rubrica de "Eventos" não apresenta complexidade, uma vez que a proporcionalidade percentual do aumento, nomeadamente 95,9% dos 69% de incremento, é respeitante ao último evento do ano. A rubrica de "Alugueres e Concessões", apesar de integrar um aumento de 26.349,86€, receita respeitante ao parque de estacionamento e um aumento de 30.406,55€ respeitante ao aluguer de espaços face à realização do último evento, a variação positiva podia ter sido mais significativa, se os rendimentos das concessões não tivessem decrescido em 24.250,85€ comparativamente com o ano anterior. Este último decréscimo deve-se ao término da concessão do espaço do Edifício Porta da Vila, sito a Estrada Nacional n.º 8, na vila e concelho de Óbidos por ter sido vendido segundo Escritura de Compra e Venda lavrada à data de 22 de Julho do ano 2021.

O valor apresentado na rubrica, trabalhos para a própria empresa deve-se à utilização de recursos na execução de dois projetos de construção com benefícios económicos futuros. A conceção desta investigação e execução designa-se como Ativo Gerado Internamente e, foi equacionado contabilisticamente na empresa como, dois ativos fixos tangíveis e o valor total de ambos os projetos foi reconhecido como um rendimento. Destes dois projetos, surge uma Torre de Cerco – Torre de Assalto de 12 metros (réplica de uma máquina de guerra medieval) e uma Rampa Medieval.

Em 2021, a rubrica de "Outros rendimentos" é composta em 58,3% por um acordo escrito e estabelecido com um fornecedor de investimento para a resolução de faturas por liquidar desde o ano de 2004. A parte restante soma regularizações de carácter pontual, inerente a correções respeitantes à segurança social e outros respeitantes a custos variáveis.

Gráfico – Evolução da Composição dos Rendimentos (2020-2021) em €uros



1.4 Gastos

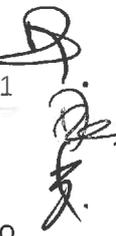
Os gastos totalizaram no ano de 2021, o valor de 1 Milhão de €uros, mais 253 Mil €uros que o montante do ano anterior, correspondente a um aumento de 31,2%.

Quadro da Estrutura e Comparação de Gastos (2020-2021) em €uros

Estrutura de Custos (2020-2021)	2020	%	2021	%	Variação 21/20	
					Valor	%
1. CMVMC	4.893,57	0,6%	590,88	0,1%	-4.302,69	-87,9%
2. Fornecimento e Serviços Externos	178.490,65	22,0%	409.021,27	38,4%	230.530,62	129,2%
Geral/Eventos	178.079,81	99,8%	406.091,33	99,3%	228.011,52	128,0%
Alugueres & Concessões	410,84	0,2%	2.732,92	0,7%	2322,08	565,2%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	0,00	0,0%	197,02	0,0%	197,02	-
Museus						
3. Gastos com o pessoal	591.900,14	72,9%	594.020,48	55,8%	2.120,34	0,4%
Geral/Eventos	564.753,61	95,4%	569.939,78	95,9%	5.186,17	0,9%
Alugueres & Concessões	27.146,53	4,6%	24.080,70	4,1%	-3.065,83	-11,3%
Visitas Guiadas						
Formações/Workshops	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	-
Museus						
4. Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,0%	1.200,00	0,1%	1.200,00	-
5. Outros Gastos e Perdas	11.624,25	1,4%	37.465,09	3,5%	25.840,84	222,3%
6. Gastos de depreciação e de amortização	23.039,86	2,8%	20.467,40	1,9%	-2.572,46	-11,2%
7. Juros e Gastos similares	2.166,50	0,3%	2.463,13	0,2%	296,63	13,7%
TOTAL (1+2+3.+4.+5.+6.)	812.114,97	100,00%	1.065.228,25	100,0%	253.113,28	31,2%

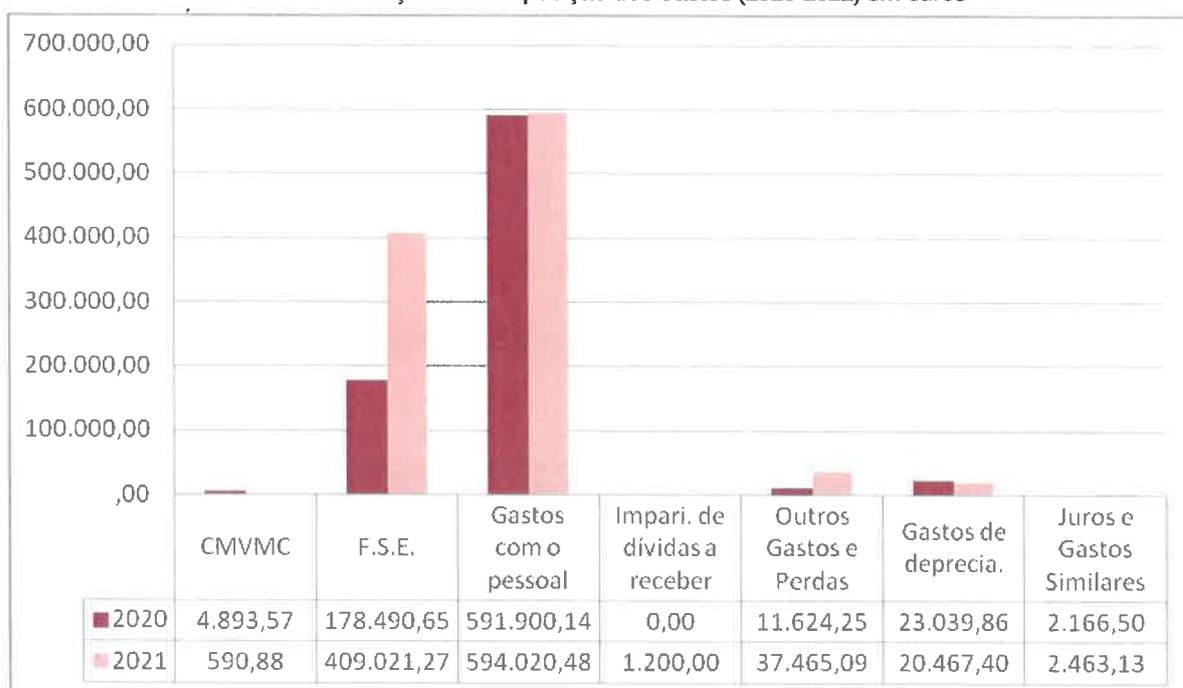
Segue uma análise pormenorizada em relação às diferentes rubricas de gastos com maior relevância e que contribuíram para o resultado apresentado no quadro acima:

- O decréscimo do custo das matérias vendidas e matérias consumidas em 4 Mil €uros, deve-se ao cálculo entre as existências iniciais, finais, acrescido das compras e as devidas regularizações efetuadas em inventário.



- Os fornecimentos e serviços externos representam 38,4% dos gastos totais e cujo aumento de 230 Mil €uros comparativamente com igual período do ano anterior, deve-se à retoma de determinados eventos em formato presencial.
- Os gastos com pessoal, rubrica com maior impacto na estrutura de gastos (55,8%) neste ano de 2021, atingiu um montante de 594 Mil €uros, mais 2 Mil €uros que o ano anterior. Este aumento deve-se ao decréscimo das ausências de horas laborais no âmbito das faltas: por assistência à família e assistência a filhos por encerramento do estabelecimento de ensino (*medida de apoio excecional à família no âmbito da COVID-19*), situações que ocorreram em maior número no ano anterior.
- A rúbrica de imparidade de dívidas a receber no ano de 2021, apesar de não constar como uma variável de relevância, incorpora os custos, por se remeter a um processo de Insolvência Pessoa Singular comunicado à empresa. A insolvente, designada como cliente na contabilidade da empresa, apresentava um saldo devedor desde janeiro de 2020.
- A parte percentual de 77,4% do aumento apresentado na rubrica de outros gastos, deve-se ao cálculo da menos valia no valor de 20.000,00€, mediante o coeficiente de valorização do bem imóvel designado como Edifício Porta da Vila, sito na Estrada Nacional n.º 8 na vila e concelho de Óbidos, inscrito sob o artigo predial da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa sob o artigo matricial n.º 4592 e descrito na Conservatória do Registo Predial da mesma freguesia sob o n.º 00319, cuja Escritura de Compra e Venda foi celebrada no dia 22 de Julho de 2021. A parte restante soma regularizações de carácter pontual, inerente a faturas que surgiram na empresa após o encerramento de contas de 2020 mas, que se referem ao ano anterior, nomeadamente impostos e taxas obrigatórias por lei.
- O decréscimo de 3 Mil €uros das depreciações, deve-se à aquisição do estritamente indispensável para substituir ou manter a conservação e utilidade do imobilizado existente. Os investimentos do período em Ativos Fixos Tangíveis totalizaram os 34.966,48 €uros, que incluem o valor total de 22.981,49 €uros inerente à execução de dois projetos de construção frutos da utilização de recursos existentes na empresa.

Gráfico – Evolução da Composição dos Gastos (2020-2021) em €uros



1.5 Resultados

Quadro Resultados e Indicadores (2020-2021) em €uros

Resultados e Indicadores (2020-2021)	2020	2021	Var. 21/20
Operacionais	-544.917,60	32.910,67	577.828,27
Antes de Impostos	-547.084,10	30.447,54	577.531,64
Imposto s/ Rendimentos	-4.560,11	-8.002,16	3.442,05
Líquidos do Exercício	-551.644,21	22.445,38	574.089,59
EBITDA	-521.877,74	53.378,07	575.255,81

O resultado líquido do exercício de 22 Mil €uros aumentou em 574 Mil €uros face ao ano anterior. Em 2021, o EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos) atinge o valor de 53 Mil €uros, refletindo a variação positiva de 575 Mil €uros face ao ano anterior.

2. Posição Financeira

2.1 Indicadores Económico-Financeiros

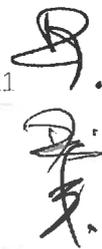
Apresentam-se de seguida alguns indicadores económico financeiros.

Quadro – Rácios da Estrutura Financeira em Euros

Rácios	2020	2021
Autonomia Financeira (%) - Capital Próprio / Ativo	89,00%	89,99%
Solvabilidade (%) - Capital Próprio / Passivo	809,47%	898,86%
Endividamento (%) - Passivo / Ativo	11,00%	10,01%
Estrutura do Endividamento (%) - Passivo Corrente / Passivo	89,74%	99,94%
Liquidez		
Liquidez Geral - Ativo Corrente / Passivo Corrente	3,77	7,27
Equilíbrio Financeiro		
Fundo de Maneio – (Ativo Corrente - Passivo Corrente)	352.962,16	1.207.992,56
Margem Bruta sobre as Vendas (%) - (Vendas - CMVMC) / (Vendas)	-219,07%	85,51%
Funcionamento		
Rotação do Activo (%) - Volume de Negócios / Ativo	19,45%	33,18%
Cash-Flow		
Cash Flow Bruto -(Resultado Líqui. do Período + Deprecia. e Amortiza. + Provisões + Imparidades)	-528.604,35	44.112,78

Desta análise evidencia-se que a Óbidos Criativa – E.M. apresenta-se livre de preocupações no âmbito do endividamento e autonomia, sendo que, os rácios inerentes ao endividamento decresceram e os rácios inerentes à autonomia, solvabilidade e liquidez aumentaram.

Acresce-se ainda com o quadro abaixo apresentado, que a estrutura do balanço manteve-se estável.



Estrutura do Balanço em milhares de euros

	2020		2021			2020		2021	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%
Ativo não corrente	812	63%	526	27%	Capital Próprio	1.150	89%	1.734	90%
Ativo corrente	480	37%	1.401	73%	Passivo não corrente	15	1%	0	0%
					Passivo corrente	127	10%	193	10%
TOTAL	1.292	100%	1.927	100%		1.292	100%	1.927	100%

2.2 Gestão de Risco

a) Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;
- Possui pessoas afetas às cobranças.

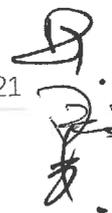
b) Riscos de Mercado

I. Risco de Taxa de Juro

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

II. Risco de Taxa de Câmbio

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.



c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cashflows* quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal, não obstante as situações ocorridas em 2020, esta ainda goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

3. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

A execução perante o orçamento anual de exploração, nomeadamente a Demonstração Previsional de Resultados para o ano de 2021, resume-se no quadro seguinte:

Quadro – Resultados e Indicadores de Execução (Orçamento e 2021) em Euros

Resultados indicadores	Orçamento	2021	Desvio
Operacionais	10.859,61	32.910,67	22.051,06
Antes de Impostos	6.484,98	30.447,54	23.962,56
Imposto s/ Rendimentos	2.847,60	8.002,16	5.154,56
Líquidos do Exercício	3.637,38	22.445,38	18.808,00
EBITDA	23.061,99	53.378,07	30.316,08

4. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTO

O plano de investimentos elaborado para o ano de 2021 previa um montante de 2.500,00 Euros, tendo contudo sido executada uma verba de 11.984,99€ Euros para investimentos estritamente indispensáveis para substituir ou manter a utilidade do imobilizado existente. Acresce ainda o valor de 22.981,49€ devido à utilização de recursos próprios na execução de dois projetos de

construção com benefícios económicos futuros. Estes projetos foram considerados como, Ativo Gerado Internamente e equacionados contabilisticamente como dois ativos fixos tangíveis. Destes dois projetos, surge uma Torre de Cerco – Torre de Assalto de 12 metros (réplica de uma máquina de guerra medieval) e uma Rampa Medieval.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º dos estatutos da empresa propomos que o resultado líquido do exercício no **valor positivo de 22.445,38** Euros seja transferido em primeiro lugar na Reserva Legal em 10% e o remanescente em reservas livres:

Reserva Legal	2.244,54 euros
Reservas Livres	20.200,84 euros
Total	22.445,38 euros

6. PERSPETIVAS FUTURAS

Independentemente do nível de incerteza e volatilidade da situação não permitir estimar com exatidão os impactos financeiros futuros na empresa, é convicção da administração que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspetivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

7. INFORMAÇÕES DIVERSAS

- A entidade não dispõe de sucursais.
- A Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Durante o período de 2021, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo detido em 31 de dezembro de 2021.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre administradores e a sociedade.

- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.
- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.
- Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

Após o termo do período, além das questões divulgadas nas perspectivas futuras e em nota apropriada em Anexo, não se verificaram quaisquer factos dignos de destaque que possam afetar estas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras para o período de 2021 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2021.

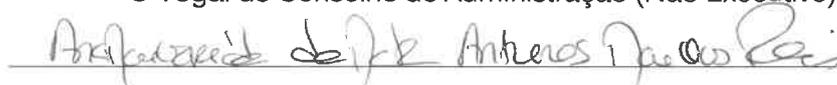
Óbidos, 29 de Março de 2022

O Presidente do Conselho de Administração (Executivo)



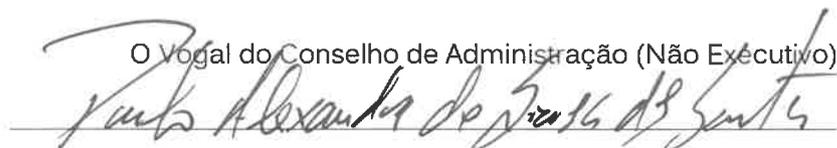
(Ricardo Miguel Pereira Duque)

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis)

O Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo)



(Paulo Alexandre de Sousa dos Santos)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o período intercalar
de 1 janeiro a 31 dezembro 2021

Óbidos Criativa, EM

NIF: 507566343

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período Intercalar entre 01 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	10; 17	639.406,04	251.270,13
Subsídios à exploração	5	437.000,00	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	6	10.980,32	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8; 17	-590,88	-4.893,57
Fornecimentos e serviços externos	14; 17	-409.021,27	-178.490,65
Gastos com o pessoal	15; 17	-594.020,48	-591.900,14
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-1.200,00	
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	16	8.289,43	13.760,74
Outros gastos e perdas	16	-37.465,09	-11.624,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53.378,07	-521.877,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-20.467,40	-23.039,86
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.910,67	-544.917,60
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	16	-2.463,13	-2.166,50
Resultado antes de impostos		30.447,54	-547.084,10
Imposto sobre o rendimento do período	11	-8.002,16	-4.560,11
Resultado líquido do período		22.445,38	-551.644,21

Óbidos Criativa, EM

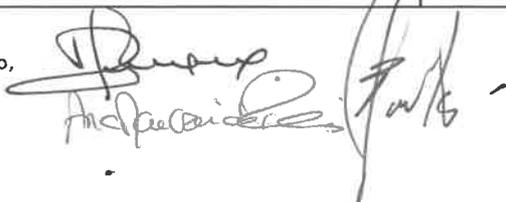
NIF: 507566343

Balço individual em 31 de Dezembro de 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6; 17	60.173,65	45.674,57
Propriedades de investimento	7; 17	466.000,00	766.000,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		526.173,65	811.674,57
Ativo corrente			
Inventários	8	387.452,81	386.231,43
Clientes	12	138.500,56	53.553,20
Estado e outros entes públicos	11	3.445,11	3.424,01
Outros créditos a receber	5;12	548.349,12	693,16
Diferimentos	9	24.033,42	3.755,65
Caixa e depósitos bancários	4	299.013,46	32.810,51
		1.400.794,48	480.467,96
Total do ativo		1.926.968,13	1.292.142,53
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	1.137.886,00	1.137.886,00
Reservas legais	13	99.040,41	99.040,41
Outras reservas	13	405.407,67	409.967,78
Resultados transitados	13	68.839,49	0,00
Excedentes de revalorização	13	432,33	54.815,53
		1.711.605,90	1.701.709,72
Resultado líquido do período	13	22.445,38	-551.644,21
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		1.734.051,28	1.150.065,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	11	114,93	14.571,22
		114,93	14.571,22
Passivo corrente			
Fornecedores	12	9.062,70	11.696,22
Adiantamentos de clientes	12	7,50	0,00
Estado e outros entes públicos	11	23.224,44	21.293,90
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	12	157.613,55	94.515,68
Diferimentos	9	2.893,73	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
		192.801,92	127.505,80
Total do passivo		192.916,85	142.077,02
Total do capital próprio e do passivo		1.926.968,13	1.292.142,53

A Administração,



A Contabilista Certificada,



Óbidos Criativa, E.M

NIF: 507566343

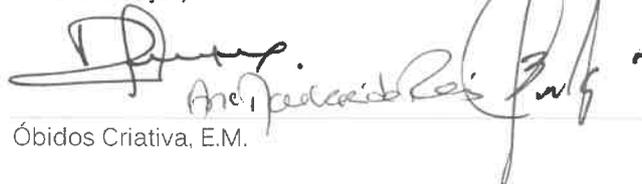
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período Intercalar entre 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		644.039,45	400.360,31
Pagamentos a fornecedores		-437.449,51	-323.155,83
Pagamentos ao pessoal		-479.835,57	-475.140,54
Caixa gerada pelas operações		-273.245,63	-397.936,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.359,09	-38.639,43
Outros recebimentos/pagamentos		556.694,03	-140.835,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		285.807,49	-577.411,13
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18.065,34	-1.243,09
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-18.065,34	-1.243,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1.539,20	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.539,20	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	266.202,95	-578.654,22
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	32.810,51	611.464,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	299.013,46	32.810,51

A Administração,



António Pedro de Sá

A Contabilista Certificada,



Michelle Teixeira

ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro 2021

(Valores em euros)

	1	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2019			1.137.886,00	99.040,41	409.967,78	54.815,53	0,00	-551.644,21	1.150.065,51
Alterações no período		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de ativos			0,00	0,00	0,00	-68.839,49	68.839,49	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	14.456,29	0,00	0,00	14.456,29
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	-4.560,11	0,00	0,00	551.644,21	547.084,10
	2		0,00	0,00	-4.560,11	-54.383,20	68.839,49	551.644,21	561.540,39
Resultado Líquido do Período	3							22.445,38	22.445,38
Resultado Integral	4 = 2 + 3							574.089,59	583.985,77
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2019	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1.137.886,00	99.040,41	405.407,67	432,33	68.839,49	22.445,38	1.734.051,28

A Administração

A Contabilista Certificada

ÓBIDOS CRIATIVA E.M.

NIF: 507566343

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Do período entre 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro 2020

(Valores em euros)

		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados transitados		
Posição no Início do Período 2020	1		1.137.886,00	86.470,84	296.841,68	54.815,53	0,00	125.695,67	1.701.709,72
Alterações no período		13							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de polít. contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstra. financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revaloriz. de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de activos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	12.569,57	113.126,10	0,00	0,00	-125.695,67	0,00
	2		0,00	12.569,57	113.126,10	0,00	0,00	-125.695,67	0,00
Resultado Líquido do Período	3							-551.644,21	-551.644,21
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-677.339,88	-551.644,21
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2020	6 = 1 + 2 + 3 + 5		1.137.886,00	99.040,41	409.967,78	54.815,53	0,00	-551.644,21	1.150.065,51

A Administração

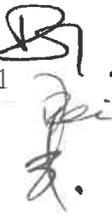


António José de Sousa

A Contabilista Certificada



Michelle Freixo



ANEXO

31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE.....	32
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS...33	
2.1. Referencial Contabilístico.....	33
2.2. Pressuposto de Continuidade.....	33
2.3. Regime do acréscimo.....	33
2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes.....	33
2.5. Passivos contingentes.....	33
2.6. Passivos financeiros.....	34
2.7. Comparabilidade.....	34
2.8. Eventos Subsequentes.....	34
2.9. Derrogação das disposições do SNC.....	35
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	35
3.1. Bases de mensuração.....	34
3.1.1 Moeda funcional e de apresentação.....	34
3.1.2 Ativos fixos tangíveis.....	35
3.1.3 Propriedades de Investimento.....	35
3.1.4 Imposto sobre o rendimento.....	36
3.1.5 Inventários.....	36
3.1.6 Clientes e outros créditos a receber.....	37
3.1.7 Caixa e equivalentes de caixa.....	37
3.1.8 Capital Social.....	37
3.1.9 Outros instrumentos de capital próprio.....	37
3.1.10 Provisões.....	38
3.1.11 Fornecedores e outras dívidas a pagar.....	38
3.1.12 Rédito e regime do acréscimo.....	38
3.1.13 Subsídios Recebidos.....	38
3.1.14 Gastos e regime do acréscimo.....	39
3.1.15 Benefícios dos empregados.....	39
3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro.....	39
3.3. Política de gestão de riscos.....	40
3.4. Outras políticas contabilísticas relevantes.....	41
4. FLUXOS DE CAIXA.....	42
4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários: 42	
4.2. Outras informações.....	42
5. PARTES RELACIONADAS.....	43
5.1. Entidades que participam no capital da Entidade:.....	43
5.2. Remunerações dos gestores:.....	43
5.3. Transações entre partes relacionadas:.....	43
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	44
6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:.....	44
7. PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO.....	46
7.1. Quantia escriturada e movimentos do período em propriedades de investimento:.....	46
7.2. Outra informação sobre propriedades de investimento.....	47
7.3. Medida em que o justo valor da propriedade de investimento se baseou.....	47
8. INVENTÁRIOS.....	48
8.1. Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:.....	48
8.2. Decomposição da rubrica “Inventários”:.....	49
8.3. Apuramento da variação nos inventários da produção:.....	49
8.4. Perdas por imparidade em inventários.....	49
9. DIFERIMENTOS.....	50
9.1. Divulgação dos elementos que constituem a rubrica “Diferimentos”.....	50

10. RÉDITO	50
10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:	50
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.....	50
11.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:	50
11.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:	51
11.3. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados.....	51
11.4. Decomposição das bases de cálculo de impostos diferidos ativos e passivos à data do balanço.....	52
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	52
12.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:	52
12.2. Dívidas de cobrança duvidosa	53
12.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:.....	53
12.4. Decomposição da rubrica “Outros Créditos a Receber”	55
12.5. Decomposição da rubrica “Outras Dívidas a Pagar”	55
13. CAPITAIS PRÓPRIOS.....	55
13.1. Indicação das quantias do capital social subscrito e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização	55
13.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente: ...	56
14. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	57
14.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos, conforme, quadro anexo:	57
15. GASTOS COM O PESSOAL	58
15.1. Pessoal ao serviço da Entidade e horas de trabalho	58
15.2. Gastos com o pessoal:.....	58
15.3. Outras divulgações sobre benefícios dos empregados.....	58
16. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS	59
16.1. Decomposição da rubrica “Outros gastos”, conforme quadro seguinte:	59
16.2. Decomposição da rubrica “Outros Rendimentos”, conforme quadro seguinte:	59
17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	60
17.1. Informação por atividade económica:.....	60
17.2. Informação por mercado geográfico:.....	61
17.3. Outras divulgações exigidas por diploma legal.....	61
18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	62
19. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	62
19.1. Outras divulga. consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados... ..	62
19.2. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados:	63
19. GESTÃO DE RISCO	63
20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	64
20.1. Autorizações para emissão das demonstrações financeiras:	64
20.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:.....	64

ANEXO I – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ANEXO II – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2021

O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de Dezembro de 2021, procede à compilação das divulgações que a Entidade considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

1. IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE

A Empresa Óbidos Criativa, E.M., tem a sua sede no Largo de São Pedro, na vila e concelho de Óbidos. A Empresa tem como atividade principal a organização de atividades de animação turística (CAE 93293) e atividades secundárias das atividades dos sítios e monumentos históricos (CAE 91030), atividades de apoio às artes do espetáculo (CAE 90020), comércio e retalho de outros produtos (CAE 47784) e pastelarias e casas de chá (CAE 56303).

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

O período de relato das demonstrações financeiras corresponde o seu ano civil de 2021 e a data de relato é 31/12/2021.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto de Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Administração mesmo tendo em consideração os impactos gerais e globais do Covid-19, considera que a aplicação do pressuposto do princípio da continuidade é apropriado.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020. Sempre que ocorra lugar a reexpressões, os efeitos nos comparativos são reexpressos e objeto das correspondentes divulgações.

2.8. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Bases de mensuração

3.1.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e ganhos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados", se

relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

3.1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até dia 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações estão creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas por imparidade.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontrar reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para “Resultados transitados”. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables é também transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta ou pelo método do saldo decrescente, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada bem.

As taxas de depreciação utilizadas, em conformidade com o período de vida útil atribuído a cada ativo, estão compreendidas nos períodos (mínimo e máximo) previstos no DR 25/2009, coincidentes com os períodos de vida útil estimada e que são os seguintes:

Descrição	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4-25
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4-20

Os custos com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias.

O custo de um ativo construído pela própria entidade determina-se usando os mesmos princípios quanto a um ativo adquirido, ou seja, corresponde aos valores dos materiais, mão-de-obra e gastos diretos, imputados à sua construção.

3.1.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

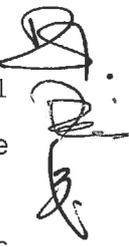
As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente ou, se desnecessário por tratar-se de uma avaliação de mercado aceite pelo órgão de gestão, por uma avaliação interna assente nos critérios de determinação do justo valor do ativo. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Aumentos/Reduções de justo valor”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), bem como os rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidas na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.1.4 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. O Município de Óbidos não tem derrama, ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes, não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias,



os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.1.5 Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao “custo médio ponderado” como método de custeio.

Os produtos acabados e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico.

Nos casos em que o valor realizável líquido destes bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A Entidade não adotou o sistema de inventário permanente na contabilização dos inventários, estando legalmente dispensada ao abrigo da alínea d), n.º 4 do art.º 12º do DL 158/2009 de 13/7.

3.1.6 Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.7 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em Bancos. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

É adotado o sistema de fundo fixo na gestão dos valores existentes e caixa.

3.1.8 Capital Social

O capital social é de 1.137.886 euros, está totalmente realizado e é detido na totalidade pelo Município de Óbidos.

3.1.9 Outros instrumentos de capital próprio

Os outros instrumentos de capital próprio são registados pelo seu valor nominal e correspondem a instrumentos financeiros que não se enquadram na definição de passivo financeiro.

3.1.10 Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.1.11 Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor e ao seu custo amortizado, que não difere do valor nominal.

Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

3.1.12 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas e prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Dividendos obtidos" quando existe o direito de os receber.

3.1.13 Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.14 Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualificarem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.1.15 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal ou órgãos sociais para além dos de benefícios de curto prazo.

3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos

passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

As estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluíram:

- a) Imparidade de ativos tangíveis;
- b) Provisões para contingências;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- g) Estimativas sobre posições fiscais incertas; e
- h) Justo valor nas Propriedades de Investimento

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.

3.3. Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de câmbio, de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade a Entidade monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

- a) Risco de taxa de câmbio

A exposição da Entidade ao risco de taxa de câmbio resulta na sua maioria a saldos de terceiros denominados em moeda diferente do euro, no entanto os montantes associados a estes são poucos expressivos.

- b) Risco de taxa de juro

O endividamento da Entidade encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo das operações de financiamento ao inerente risco de volatilidade da taxa de juro.

Através da monitorização que é feita sobre as taxas de juro e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de juro está razoavelmente controlado.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição de uma Entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos inventários que integrem em cada momento o seu balanço, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a Entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços de mercado e as perspetivas de evolução futura é convicção da Entidade que o risco de taxa de preço está razoavelmente controlado.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição da Entidade ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafons de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido e, em casos cuja análise de risco, efetuada sobre o terceiro, o aconselhe, através da subscrição de seguros de crédito.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

3.4. Outras políticas contabilísticas relevantes

- Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Não existiram juízos de valor significativos sobre estimativas.

- Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte .

Remete-se para o descrito na nota de acontecimentos após a data do Balanço.

- Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar

ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contábilístico seguinte

É nossa convicção de que não existem incertezas associadas a estimativas que possam gerar ajustamentos em períodos seguintes.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Ano 2021

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	200,00	743.092,85	743.092,85	200,00
Depósito à Ordem	32.610,51	1.356.891,74	1.090.688,79	298.813,46
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	32.810,51	2.099.984,59	1.833.781,64	299.013,46

Ano 2020

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	200,00	270.894,93	270.694,93	200,00
Depósito à Ordem	611.264,73	410.872,57	989.526,79	32.610,51
Outros depósitos bancários				0,00
Total caixa e depósitos bancários	611.464,73	681.767,50	1.260.221,72	32.810,51

Todos os valores em Caixa encontram-se disponíveis para uso.

4.2. Outras informações

Descrição	2021	2020
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	0,00	0,00
Subsídios à exploração	437.000,00	0,00
Imposto sobre o rendimento	2.363,74	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Multas e outras penalidades contratuais (decisão do tribunal)	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00	0,00

5.1. Entidades que participam no capital da Entidade:

2021	
NIF	507566343
Denominação	Município de Óbidos
Sede (País)	Portugal
Capital social detido	1 134 886€
Direitos de Voto	100%
Data de Início da participação	07-02-2006
É a entidade controladora final ?	Sim

5.2. Remunerações dos gestores:

Natureza das remunerações	Quantias	
	2021	2020
Total de remunerações	44.011,23 €	44.246,39 €
Total de benefícios de curto prazo dos empregados		
Total de benefícios pós-emprego		
Total de outros benefícios de longo prazo		
Total de benefícios por cessação de emprego		
Total de pagamentos com base em ações		

5.3. Transações entre partes relacionadas:

- No exercício não foram efetuadas trocas comerciais. As operações com o sócio único Município de Óbidos foram relacionadas com o contrato programa celebrado entre as partes.
- Consta ainda em aberto saldo a transferir pelo sócio Município de Óbidos, no valor de 547.084,10€ nos termos do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Ano 2021	
Natureza	Participantes no capital
	Município de Óbidos
SALDOS PENDENTES	
Conta de clientes	0,00
Conta de fornecedores	0,00
Conta de financiamentos obtidos (suprimentos)	0,00
Conta de acionistas/sócios	547.084,10
VALORES DAS TRANSAÇÕES	
Vendas	
Prestações de serviços (Direito de superfície)	37.500,00
Outros Rendimentos (Contrato Programa)	437.000,00

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis:

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações de 2021 foram as seguintes:

Ano 2021

Descrição	Conta 431 Terrenos e Rec. Naturais	Conta 432 Edifícios e Out. Construções	Conta 433 Equipamento Básico	Conta 434 Equipamento de transporte	Conta 435 Equipamento Administrativo	Conta 436 Equipamentos biológicos	Conta 437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	Conta 453 AFT em curso	Conta 455 Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início do período			400.674,13	76.761,54	58.427,98		289.257,28			825.120,93
Depreciações acumulada. no início do período			385.432,11	76.761,54	46.581,58		270.671,13			779.446,36
Imparidades acumuladas no início										0,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	15.242,02	0,00	11.846,40	0,00	18.586,15	0,00	0,00	45.674,57
Variações no período										
Aumentos do período	0,00	0,00	2.448,00	0,00	0,00	0,00	9.536,99	22.981,49	0,00	34.966,48
Aquisições em 1ª mão			2.448,00				9.536,99	22.981,49		11.984,99
Concentrações										0,00
Outras aquisições										0,00
Estimativa custos de desmantelamento										0,00
Trabalhos para a própria entidade										0,00
Revalorizações (+)										0,00
Outros aumentos										0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	4.958,39	0,00	1.297,08	0,00	14.211,93	0,00	0,00	20.467,40
Depreciações do período			4.958,39		1.297,08		14.211,93			20.467,40
Perdas por imparidade										0,00
Alienações										0,00
Abates										0,00
Outras diminuições										0,00
Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
Transferências de AFT em curso										0,00
Transferências de/para ANCDV										0,00
Outras transferências										0,00
Saldo no fim do período	0,00	0,00	12.731,63	0,00	10.549,32	0,00	36.892,70	22.981,49	0,00	60.173,65
Valor bruto no fim do período										0,00
Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

Todos os ativos estão livres de ónus.

A quantia e movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações de 2020 foram os seguintes:

Ano 2020	Descrição	Conta 431	Conta 432	Conta 433	Conta 434	Conta 435	Conta 436	Conta 437	Conta 453	Conta 455	TOTAL
		Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e Out. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros Ativos Fixos Tangíveis	AFT em curso	Adiantamentos AFT	
	Valor bruto no início do período			400.674,13	76.761,54	57.184,89		289.257,28			823.877,84
	Depreciações acumuladas no início do período			380.366,79	76.761,54	44.970,34		254.307,83			756.406,50
	Imparidades acumuladas no início										0,00
	Saldo no início do período	0,00	0,00	20.307,34	0,00	12.214,55	0,00	34.949,45	0,00	0,00	67.471,34
	Variações no período										
	Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243,09	0,00	0,00	0,00	0,00	1.243,09
	Aquisições em 1ª mão					1.243,09					0,00
	Concentrações										0,00
	Outras aquisições										0,00
	Estimativa custos de desmantelamento										0,00
	Trabalhos para a própria entidade										0,00
	Revalorizações (+)										0,00
	Outros aumentos										0,00
	Diminuições do período	0,00	0,00	5.065,32	0,00	1.611,24	0,00	16.363,30	0,00	0,00	23.039,86
	Depreciações do período			5.065,32		1.611,24		16.363,30			23.039,86
	Perdas por Imparidade										0,00
	Alienações										0,00
	Abates										0,00
	Outras diminuições										0,00
	Reversões de Perdas de Imparidade										0,00
	Transferências de AFT em curso										0,00
	Transferências de/para ANCDV										0,00
	Outras transferências										0,00
	Saldo no fim do período	0,00	0,00	15.242,02	0,00	11.846,40	0,00	18.586,15	0,00	0,00	45.674,57
	Valor bruto no fim do período										0,00
	Depreciações acumuladas no fim do período										0,00

7.1. Quantia escriturada e movimentos do período em propriedades de investimento:

Ano 2021

Descrição	Modelo do Custo			TOTAL
	Terrenos e Rec.Naturais	Edifícios e Out. Construções	Outras Prop. Investimento	
Divulgações				
Valor bruto no início do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Depreciações acumuladas no início do período				0,00
Imparidades acumuladas no início				0,00
Saldo no início do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Variações no período				
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições				0,00
Variações no justo valor				0,00
Concentrações				0,00
Outros aumentos				0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no justo valor				0,00
Depreciações do período				0,00
Perdas por imparidade				0,00
Alienações	75.000,00	225.000,00		300.000,00
Abates				0,00
Outras diminuições				0,00
Reversões de Perdas por Imparidade				0,00
Transferências de PI em curso				0,00
Transferências de/para ANCDV				0,00
Transferências de/para inventários				0,00
Transferências de/para AFT				0,00
Outras transferências				0,00
Diferenças de câmbio líquidas				0,00
Saldo no fim do período	116.500,00	349.500,00	0,00	466.000,00
Valor bruto no fim do período				0,00
Depreciações acumuladas no fim do período				0,00
Valor de restrições à realização de rendimentos				

Durante o exercício de 2021, foi alienado o seguinte imóvel, prédio urbano sito na Estrada Nacional 8 – Porta da Vila.

As propriedades de investimento encontram-se valorizadas ao justo valor, sendo convicção da empresa e da administração que os valores de mercado não sofreram variações significativas que impliquem a sua revisão.

Ano 2020

Descrição	Modelo do Custo			TOTAL
	Terrenos e Rec.Naturais	Edifícios e Out. Construções	Outras Prop. Investimento	
Divulgações				
Valor bruto no início do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Depreciações acumuladas no início do período				0,00
Imparidades acumuladas no início				0,00
Saldo no início do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Variações no período				
Aumentos do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições				0,00
Variações no justo valor				0,00
Concentrações				0,00
Outros aumentos				0,00
Diminuições do período	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações no justo valor				0,00
Depreciações do período				0,00
Perdas por imparidade				0,00
Alienações				0,00
Abates				0,00
Outras diminuições				0,00
Reversões de Perdas por Imparidade				0,00
Transferências de PI em curso				0,00
Transferências de/para ANCDV				0,00
Transferências de/para inventários				0,00
Transferências de/para AFT				0,00
Outras transferências				0,00
Diferenças de câmbio líquidas				0,00
Saldo no fim do período	191.500,00	574.500,00	0,00	766.000,00
Valor bruto no fim do período				0,00
Depreciações acumuladas no fim do período				0,00
Valor de restrições à realização de rendimentos				

7.2. Outra informação sobre propriedades de investimento

Foram reconhecidas rendas no exercício no valor de 2.000 euros.

7.3. Medida em que o justo valor da propriedade de investimento (tal como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras) se baseou numa valorização de um avaliador independente que possui uma qualificação profissional

reconhecida e que tem experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que foi valorizada Outra informação sobre propriedades de investimento (se não tiver havido tal valorização, esse facto deve se divulgado).

Os imóveis estão reconhecidos pelo Justo Valor tendo sido efetuada a alienação de um dos imóveis, conforme mencionado anteriormente. Dessa alienação resultou a regularização da rubrica Passivo por Impostos Diferidos no valor de 14.456,29 euros e consequentemente uma diminuição nos capitais próprios de 68.839,49 euros. Os outros dois imóveis, que estão a ser explorados pelo Município, a Administração entendeu que o seu valor corresponde ao Justo Valor em referência à data das demonstrações financeiras. Os capitais próprios refletem a 31/12/2021 um excedente de revalorização de 547,26€ e correspondentes a impostos diferidos no montante de 114,93€.

8. INVENTÁRIOS

8.1. Quadro de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Ano 2021

Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. E consumo	Total
Inventários iniciais	66.749,48		66.749,48
Compras	2.327,79		2.327,79
Reclassificação e regularização de inventários	-515,53		-515,53
Inventários finais	67.970,86		67.970,86
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	590,88	0,00	590,88

Ano 2020

Descrição	Mercadorias	Matérias primas subs. E consumo	Total
Inventários iniciais	71.453,42		71.453,42
Compras	189,63		189,63
Reclassificação e regularização de inventários	0,00		0,00
Inventários finais	66.749,48		66.749,48
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4.893,57	0,00	4.893,57

8.2. Decomposição da rubrica "Inventários":

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Mercadorias	67.970,86	66.749,48	1.221,38	1,83
Mercadorias em trânsito				
Perdas por imparidade acumuladas				
Subtotal	67.970,86	66.749,48	1.221,38	1,83
Matérias primas subs.e de consumo				
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos desperd. resíd.e refugos				
Produtos e trabalhos em curso	319.481,95	319.481,95		
Adiantamentos por conta de compras				
Totais	387.452,81	386.231,43	1.221,38	0,32

Não existem inventários dados como penhor de garantia de quaisquer passivos.

8.3. Apuramento da variação nos inventários da produção:

Ano 2021

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resíd. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2020

Descrição	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperd. resíd. e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais			319.481,95	319.481,95
Reclassificação e regularização de inventários				0,00
Inventários iniciais			319.481,95	319.481,95
Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00

Não ocorreu alteração, conclusão nem transmissão dos PTC durante o ano de 2021.

8.4. Perdas por imparidade em inventários

Avaliamos a necessidade de constituição de imparidades sobre inventários e a administração entende que os inventários estão registados por uma quantia escriturada não superior ao seu valor realizável líquido, pelo que não existem imparidades por reconhecer em inventários.

9.1. Divulgação dos elementos que constituem a rubrica "Diferimentos"

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Gastos a Reconhecer (SD)	24.033,42	3.755,65	20.277,77	539,9
Seguros	9.134,91	1.220,50	7.914,41	648,5
...				
Outros	14.898,51	2.535,15	12.363,36	487,7
Rendimentos a reconhecer	2.893,73	0,00	2.893,73	-
Rendas				
Contratos de construção				
...				
Outros rendim. Diferidos	2.893,73	0,00	2.893,73	0,0
Totais	21.139,69	3.755,65	17.384,04	462,88

10. RÉDITO

10.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Venda de bens	4.077,32	1.533,69	2.543,63	165,85
Prestação de serviços	635.328,72	249.736,44	385.592,28	154,40
Subtotais	639.406,04	251.270,13	388.135,91	154,47
Juros				
Dividendos				
Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	639.406,04	251.270,13	388.135,91	154,47

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

11.1. Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	2021	2020
1 Resultado antes de impostos	30.447,54	-540.896,13
2 Imposto corrente	8.002,16	0,00
3 Imposto diferido	0,00	0,00
4 Imposto sobre o rendimento (4=2+3)	8.002,16	4.560,11
5 Tributações autónomas	3.123,37	4.560,11
6 Taxa efetiva de imposto (6=4/1)	26%	n/a

11.2. Decomposição dos saldos com o Estado, conforme quadro seguinte:

Descrição	2021		2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
IRC a Pagar		8.002,16		0,00
IRC a Recuperar			2.359,09	
PPC/PEC a recuperar				
Retenções de IRS – Trabalho dependente		3.867,00		4.343,00
Retenções de IRS – Trabalho independente		482,58		48,88
Retenções de IRS – Prediais				
IVA – A pagar				
IVA – A recuperar	3.445,11		1.064,92	
Outros impostos				
Contribuições para a Segurança Social		10.872,70		16.902,02
Totais	3.445,11	23.224,44	3.424,01	21.293,90

11.3. Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados, conforme quadro seguinte:

Descrição	2021	2020
Imposto corrente do período	0,00	0,00
Gastos/Rendimentos de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos		
Diferidos provenientes de:	0,00	0,00
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de ativos		
Imposto diferido relativo às perdas p/imparidade não aceites fiscalmente		
Imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais		
Imposto diferido relativo aos subsídios ao investimento		
Gastos/Rendimentos de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:	0,00	0,00
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de ativos		
Imposto diferido relativo às perdas p/imparidade não aceites fiscalmente		
Imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais		
Imposto diferido relativo ao subsídio ao investimento		
Imposto diferido relativo ao resultado da conversão POC/SNC		
Total do imposto do período	0,00	0,00

11.4. Decomposição das bases de cálculo de impostos diferidos ativos e passivos à data do balanço, conforme quadro seguinte:

Descrição	2021	2020
Diferenças temporárias que originaram Ativos por impostos diferidos		
Perdas p/imparidade não aceites fiscalmente		
Prejuízos fiscais		
Soma A	0,00	0,00
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos	432,33	69.386,75
Subsídios ao investimento		
Resultado da conversão POC/SNC		
Soma B	432,33	69.386,75
Valores refletidos no balanço		
Ativos por impostos diferidos (Soma Ax21%)		
Passivos por impostos diferidos (Soma Bx21%)	114,93	14.571,22

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Ano 2021

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	16.465,60	1.200,00			17.665,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	16.465,60	1.200,00	0,00	0,00	17.665,60

Ano 2020

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Dívidas a receber de clientes	16.465,60				16.465,60
Outras dívidas a receber					0,00
Totais	16.465,60	0,00	0,00	0,00	16.465,60

As imparidades de clientes estão constituídas pela integridade respeitante aos saldos onde foram identificados riscos de cobrança associados.

12.2. Dívidas de cobrança duvidosa

Descrição	2021	2020
Relativos a processos de insolvência e recuperação e processos de execução	1.200,00	
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	16.465,60	16.465,60
Há mais de 6 e até 12 meses		
Há mais de 12 e até 18 meses		
Há mais de 18 e até 24 meses		
Há mais de 24 meses	16.465,60	16.465,60
Totais	17.665,60	16.465,60

12.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Ano 2021

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Clientes	156.166,16	17.665,60	138.500,56
Clientes c/c	138.500,56		138.500,56
Clientes – Títulos a receber			0,00
Clientes – Cheques pré-datados			0,00
Clientes de cobrança duvidosa	17.665,60	17.665,60	0,00
...			0,00
Outros créditos a receber	548.349,12		548.349,12
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	9.062,70		9.062,70
Fornecedores c/c	9.062,70		9.062,70
Fornecedores – Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes	7,50		7,50
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes para negociação (1422)			0,00
Outras dívidas a pagar	157.613,55		157.613,55
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00

Ano 2020

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativos financeiros:			
Cientes	70.018,80	16.465,60	53.553,20
Clientes c/c	53.553,20		53.553,20
Clientes – Títulos a receber			0,00
Clientes – Cheques pré-datados			0,00
Clientes de cobrança duvidosa	16.465,60	16.465,60	0,00
...			0,00
Outros créditos a receber	693,16		693,16
Ativos financeiros detidos para negociação (1421)			0,00
Outros ativos financeiros (1431)			0,00
Passivos financeiros:			
Fornecedores	11.696,22		11.696,22
Fornecedores c/c	11.696,22		11.696,22
Fornecedores – Títulos a pagar			0,00
...			0,00
Adiantamentos de clientes			0,00
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Empréstimos bancários			0,00
Descobertos bancários			0,00
Locações Financeiras			0,00
Suprimentos de participantes para negociação (1422)			0,00
Outras dívidas a pagar	94.515,68		94.515,68
Passivos financeiros detidos para negociação (1422)			0,00
Outros passivos financeiros (1432)			0,00
Ganhos e perdas líquidos de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00
Rendimentos e gastos de juros de:			
Ativos financeiros:	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00		0,00

Todos os valores constantes nas rubricas de ativos e passivos financeiros acima referidos, são expectáveis de ser recuperados ou liquidados num prazo não superior a 12 meses, sempre que classificados como ativos e passivos correntes.

12.4. Decomposição da rubrica "Outros Créditos a Receber"

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Fornecedores c/c (saldo devedor)	488,12	430,90	57,22	13,28
Adiantamentos ao pessoal	0,00	261,96	(261,96)	100,00
Devedores p/acréscimos de rendimentos	776,90	0,00	776,90	-
Juros a receber				
Acrésc. Rend.relativos a Contratos de Construção				
Outros acréscimos de rendimentos	776,90	0,00	776,90	-
Outros devedores				
Sócios	547.084,10	0,30	547.083,80	-
Totais	548.349,12	693,16	547.655,96	79.008,59

A rubrica sócios é referente à transferência a realizar pelo Município, nos termos do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, relativamente aos prejuízos do exercício de 2020.

12.5. Decomposição da rubrica "Outras Dividas a Pagar"

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Clientes (saldo devedor)				
Remunerações a pagar	427,50	0,00	427,50	-
Fornecedores de Investimentos	0,00	12.030,35	(12.030,35)	-
Credores por acréscimos	150.263,69	80.576,36	69.687,33	86,49
Seguros a liquidar				
Remunerações a liquidar – Encargos c/férias	78.614,32	78.614,50	(0,18)	-
Remunerações a liquidar – Gratificação de Balanço				
Remunerações a liquidar – Sub. Natal				
Outros acréscimos de gastos	71.649,37	1.961,86	69.687,51	3.552,11
Outros Credores	6.922,36	1.908,97	5.013,39	262,62
Totais	157.613,55	94.515,68	63.097,87	66,76

- A rubrica Outros Credores diz respeito, especialmente, a valores a liquidar referentes ao último evento de 2021.
- A rubrica Outros acréscimos de gastos respeita fundamentalmente gastos especializados relacionados com o último evento de 2021.

13. CAPITAIS PRÓPRIOS

13.1. Indicação das quantias do capital social subscrito e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O capital subscrito ascende a 1.137.886 euros e encontra-se integralmente realizado.

13.2. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios, ainda não referidos anteriormente:

Ano 2021

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
52	Ações (quotas) próprias				0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio				0,00
54	Prêmios de emissão				0,00
551	Reservas legais	99.040,41			99.040,41
552	Outras reservas	409.967,78		4.560,11	405.407,67
56	Resultados Transitados	0,00	68.839,49		68.839,49
58	Excedentes de revalorização	54.815,53	14.456,29	68.839,49	432,33
57+59	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio				0,00
818	Resultado Líquido do Período	-551.644,21	574.089,59		22.445,38
TOTAIS		1.150.065,51	657.385,37	73.399,60	1.734.051,28

Ano 2020

Conta	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51	Capital subscrito	1.137.886,00			1.137.886,00
52	Ações (quotas) próprias				0,00
53	Outros instrumentos de capital próprio				0,00
54	Prêmios de emissão				0,00
551	Reservas legais	86.470,84	12.569,57		99.040,41
552	Outras reservas	296.841,68	113.126,10		409.967,78
56	Resultados Transitados	0,00			0,00
58	Excedentes de revalorização	54.815,53			54.815,53
57+59	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio				0,00
818	Resultado Líquido do Período	125.695,67		677.339,88	-551.644,21
TOTAIS		1.701.709,72	125.695,67	677.339,88	1.150.065,51

Os excedentes de revalorização resultam da avaliação pelo Justo Valor das Propriedades de Investimento, conforme divulgado na nota das propriedades de investimento.

14. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

14.1. Decomposição dos Fornecimentos e Serviços Externos, conforme, quadro anexo:

Contas	Descrição	2021	2020	Variação	
				Valor	%
621	Subcontratos				
6221	Trabalhos especializados	108.934,92	46.768,40	62.166,52	132,92
6222	Publicidade e propaganda	6.744,11	1.519,05	5.225,06	343,97
6223	Vigilância e segurança	12.208,86	0,00	12.208,86	-
6224	Honorários	89.339,94	42.505,40	46.834,54	110,18
6225	Comissões	4.270,91	1.319,04	2.951,87	223,79
6226	Conservação e reparação	6.342,61	7.766,32	(1.423,71)	(18,33)
6228	Outros serviços especializados	357,63	718,29	(360,66)	(50,21)
6231	Ferram. e utens. desig.rápido	37.916,46	26.628,21	11.288,25	42,39
6232	Livros e documentação técnica				
6233	Material de escritório	1.518,18	1.134,88	383,30	33,77
6234	Artigos para oferta	1.588,50		1.588,50	-
6238	Outros materiais				
6241	Eletricidade				
6242	Combustíveis	4.409,62	3.463,91	945,71	27,30
6243	Água				
6248	Outros fluídos	1.031,90	353,66	678,24	191,78
6251	Deslocações e estadas	15.939,69	6.469,85	9.469,84	146,37
6252	Transportes de pessoal				
6253	Transporte de mercadorias	311,90	280,00	31,90	11,39
6254	Refeições				
6258	Outros transportes				
6261	Rendas e alugueres	108.476,01	29.704,44	78.771,57	265,18
6262	Comunicação	4.961,61	5.015,70	(54,09)	(1,08)
6263	Seguros	1.788,19	1.613,72	174,47	10,81
6264	Royalties				
6265	Contencioso e notariado	971,00	135,00	836,00	619,26
6266	Despesas de representação		1.151,09	(1.151,09)	(100,00)
6267	Limpeza, higiene e conforto	1.909,23	1.943,69	(34,46)	(1,77)
6268	Outros serviços				
	Totais	409.021,27	178.490,65	230.530,62	129,16

15.1. Pessoal ao serviço da Entidade e horas de trabalho

Descrição	2021		2020	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa	28	43.788	29	46.538
Pessoas remuneradas	28	43.788	29	46.538
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	28	43.788	29	46.538
Pessoas a tempo completo (das quais pessoas remuneradas)	28	43.788	29	46.538
Pessoas a tempo parcial (das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo				
Masculino	13	24.313	16	26.095
Feminino	15	19.475	13	20.443
Prestadores de serviço				
Pessoas colocadas por agências de trabalho				

15.2. Gastos com o pessoal:

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais (das quais participação nos lucros)	44.011,23	44.246,39	(235,16)	(0,53)
Remuneração do pessoal (das quais participação nos lucros)	436.513,62	434.008,33	2.505,29	0,58
Benefícios pós emprego				
Indemnizações				
Encargos sobre as remunerações	105.473,69	105.292,07	181,62	0,17
Seguros de acidentes no trabalho	6.976,53	6.868,41	108,12	1,57
Gastos de ação social				
Outros gastos com pessoal (dos quais: formação)	1.045,41	1.484,94	(439,53)	(29,60)
Totais	594.020,48	591.900,14	2.120,34	0,36

15.3. Outras divulgações sobre benefícios dos empregados:

Não existem compromissos em matéria de pensões.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos.

Não foram assumidos compromissos ou garantias em nome dos colaboradores.

16. OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

16.1. Decomposição da rubrica "Outros gastos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Impostos	5.836,28	601,89	5.234,39	869,66
Descontos de p.p concedidos				
Dívidas incobráveis	0,00	0,00	0,00	-
Perdas em inventários	0,00	0,00	0,00	-
Gastos e perd. em inv. não financ.	20.000,00	0,00	20.000,00	-
Outros gastos e perdas	11.628,81	11.022,36	606,45	5,50
Totais	37.465,09	11.624,25	25.840,84	222,30

De referir que a rubrica "Juros e gastos similares suportados" na Demonstração de Resultados, releva o montante de 2.463,13 euros, referente a gastos de financiamento (conta corrente caucionada), em comparação com o exercício anterior no valor de 2.166,50 euros.

16.2. Decomposição da rubrica "Outros Rendimentos", conforme quadro seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação	
			Valor	%
Rendimentos suplementares	0,00	12.300,00	-12.300,00	-
Descontos de p.p obtidos				
Recuperação de dívidas a receber				
Ganhos em inventários				
Rend. e ganhos nos rest.ativos finan.				
Rend.e ganhos em inv. não finan.				
Outros	8.289,43	1.460,74	6.828,69	467,48
Juros obtidos				
Outros rendimentos similares				
Totais	8.289,43	13.760,74	-5.471,31	(39,76)

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

17.1. Informação por atividade económica

Ano 2021

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	483,34		3.593,98	4.077,32
De mercadorias	483,34		3.593,98	4.077,32
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	635.328,72			635.328,72
Compras	2.327,79			2.327,79
Fornecimentos e serviços externos	409.021,27			409.021,27
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	70,02		520,86	590,88
Mercadorias	70,02		520,86	590,88
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Gastos com o pessoal	594.020,48			594.020,48
Remunerações	480.524,85			480.524,85
Outros gastos	113.495,63			113.495,63
Ativos fixos tangíveis	60.173,65			60.173,65
Quantia escriturada líquida final	60.173,65			60.173,65
Total das aquisições	11.984,99			11.984,99
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso	22.981,49			22.981,49
Propriedades de investimento	466.000,00			466.000,00
Quantia escriturada líquida final	466.000,00			466.000,00
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

Ano 2020

Descrição	CAE93293	CAE47784	CAE91030	Total
Vendas	0,00		1.533,69	1.533,69
De mercadorias	0,00		1.533,69	1.533,69
De produtos acabados, semi-acabados, resíduos e refugos				0,00
Prestações de serviços	249.736,44			249.736,44
Compras	189,63			189,63
Fornecimentos e serviços externos	178.490,65			178.490,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			4.893,57	4.893,57
Mercadorias				0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo				0,00
Variação nos inventários da produção				0,00
Gastos com o pessoal	591.900,14			591.900,14
Remunerações	478.254,72			478.254,72
Outros gastos	113.645,42			113.645,42
Ativos fixos tangíveis	45.674,57			45.674,57
Quantia escriturada líquida final	45.674,57			45.674,57
Total das aquisições	1.243,09			1.243,09
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso	1.243,09			1.243,09
Propriedades de investimento	766.000,00			766.000,00
Quantia escriturada líquida final	766.000,00			766.000,00
Total das aquisições				0,00
(das quais edifícios e outras construções)				0,00
Adições no período de ativos em curso				0,00

O CAE 47784 não consta com movimentos na atividade, uma vez que o espaço físico da Loja do Pelourinho foi encerrado, embora haja continuidade de venda de mercadorias nas outras atividades apresentadas.

17.2. Informação por mercado geográfico

A Entidade apenas atua exclusivamente no mercado nacional, assim sendo a informação é igual à expressa na alínea anterior.

17.3. Outras divulgações exigidas por diploma legal

- A Empresa não dispõe de sucursais.
- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.
- Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- Durante o período de 2021, a Entidade não efetuou transações com quotas próprias sendo nulo o saldo detido em 31 de dezembro de 2021.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre administradores e a sociedade.
- Devemos informar que:
 - # Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.
 - # Os honorários faturados no período de 2021 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se à Revisão Legal de Contas no valor total de 5.400,00€ ao qual acresce IVA.

Não existe até à presente data conhecimento de quaisquer aspetos não financeiros relevantes, nomeadamente situações de caráter laboral, ambiental ou de outra índole que possam pôr em causa a atividade futura da empresa ou suscetíveis de gerar outras responsabilidades ou contingências que não tenham sido reconhecidas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos normas e das recomendações da Comissão de Normalização Contabilística, os efeitos no exercício a divulgar referentes ao COVID-19 são:

- Não existiram apoios específicos atribuídos à entidade nem recurso ao Lay-off simplificado;
- As restrições de abertura e de deslocação de pessoas contribuíram para a flutuação do volume de negócios ao longo do ano. Face a 2019 em que se operou em pleno, 2021

continuou com um volume de negócios reduzido, o alívio gradual das restrições permitiu contudo no final do exercício recuperar parcialmente a atividade.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

18.1. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

- Provisões

Não foram detetadas no exercício situações passíveis de cumprir com os critérios de reconhecimento de provisões.

- Passivos contingentes

Decorre em tribunal processo 778/15.7BELRA, em que a Óbidos Criativa foi constituída ré, em conjunto com a Câmara Municipal de Óbidos, em pedido de indemnização pelo lamentável falecimento de uma pessoa numa queda da muralha do castelo. O valor peticionado foi de 175.000euros acrescido de juros. Trata-se de um evento de ocorrência incerta e de montante não mensurável. À data, a probabilidade de condenação para a Óbidos Criativa é incerta e a nossa melhor expectativa é de que não ocorra. Na eventualidade de uma condenação da Óbidos Criativa, os valores são de igualmente de quantificação incerta, por envolver mais do que um réu, dependerem da atribuição de graus de culpa a qualquer uma das partes e ainda da fixação pelo tribunal dos montantes que poderão ser dispares do valor peticionado.

- Ativos contingentes

Não existiram no exercício situações passíveis de relevar como ativos contingentes.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

- A empresa municipal não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na posição financeira e bem assim, que coloque em causa a continuidade das operações.

- As decisões tomadas pelo Município de Óbidos e pelo órgão de gestão executivo assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Relativamente à atividade da empresa, não se verificam quaisquer problemas de cariz ambiental, não resultando contingências associadas.

Não foram identificadas quaisquer situações que indiciem a existência de provisões e passivos contingentes que pudessem dar origem a reconhecimento ou divulgação. Também não existem situações associadas a ativos contingentes.

19.2. **Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação de resultados:**

Propomos que o lucro obtido em 2021, no valor de 22.445,38 Euros, seja aplicado em 10% na Reserva Legal e o restante em Reservas Livres:

Reservas Legais	2.244,54 Euros
Reservas Livres	20.200,84 Euros
Total	22.445,38 Euros

20. **GESTÃO DE RISCO**

A empresa municipal seguiu ao nível da gestão de risco a política adotada pela administração:

a) **Risco de Cliente e Risco Crédito sobre Clientes**

O risco de cliente é dirimido pela diversidade de clientes e elevado número de clientes individuais com pronto pagamento dos serviços (eventos). O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional da empresa. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito, acompanhando os créditos concedidos tanto temporal como monetariamente;
- Possui pessoas afetas às cobranças.

b) **Riscos de Mercado**

I. **Risco de Taxa de Juro**

A exposição da empresa ao risco de variação positiva da taxa de juro do Euro, é inexistente no período por não subsistirem empréstimos bancários.

II. **Risco da Taxa de Câmbio**

A empresa regra geral, só efetua negócios na moeda Euro, não estando por esse motivo suscetível a variações positivas e/ou negativas da taxa de câmbio de transação.

c) **Risco de Liquidez**

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a empresa possui capacidade para assegurar atempadamente o financiamento necessário para a sua atividade de negócio.

Com este propósito, a gestão de liquidez na empresa compreende o planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows quer ao nível das operações, quer ao nível consolidado, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal e anual). Como é possível demonstrar pelos seus rácios, a empresa municipal goza de uma boa situação ao nível da liquidez, não existindo riscos a este nível.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

21.1. Autorizações para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração 29/03/2022.

21.2. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos:

No momento da preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício do ano de 2021, continua a verificar-se a Pandemia da COVID-19. Desde a declaração da pandemia pela OMS (Organização Mundial de Saúde), a 11 de março de 2020, que a empresa municipal tem vindo a adaptar-se a esta nova realidade.

A Óbidos Criativa, E.M. tem cumprido todas as diretivas emanadas pelas Autoridades Nacionais e tem adotado todas as medidas de segurança necessárias ao seu funcionamento.

O ano de 2021 foi pautado inicialmente pela impossibilidade de realização de eventos em função das restrições que se impunham com a pandemia, contudo, à medida que foi aproximando o final do ano as restrições foram sendo diminuídas, tendo inclusive sido possível realizar o evento Óbidos Vila Natal embora ainda não em pleno quando comparado com 2019. Para 2022 verifica-se que a tendência é de continuar a haver o levantamento das restrições pelo que a nossa melhor expectativa à data é de que se possa retomar o exercício das atividades da Óbidos Criativa mais em pleno.

Já em 2022 surgiu ainda a guerra na Ucrânia, mas à data não se antevem consequências diretas para a Óbidos Criativa.

Além dos descritos, após o encerramento do exercício e até à presente data, não se registaram outros factos suscetíveis de reconhecimento ou ajustamentos às demonstrações financeiras, devendo contudo ser divulgado que foram tomadas medidas tidas por necessárias a amenizar os efeitos que esta situação pode ter no futuro próximo e aplicadas de todas as medidas indicadas pelas Autoridades para resposta à doença pelo coronavírus (COVID-19).

Face ao exposto e apesar do nível e incerteza e volatilidade da situação não permitir estimar com exatidão os impactos financeiros futuros na empresa, em resultado das situações atrás

descritas, é convicção da administração que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspectivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

A Contabilista Certificada

Michelle Ferreira

A Administração,


Am. José Carlos
B. G.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2021



Garruço, Viana & Associado
SROC



EM.
óbidos **Criativa**

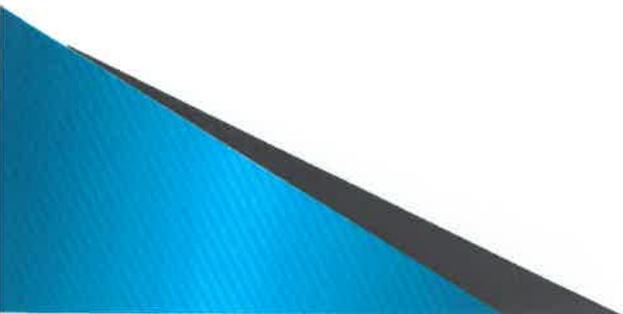


CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS

Exercício de 2021



Garruço, Viana & Associado
SROC





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.926.968,13 euros e um total de capital próprio de 1.734.051,28 euros, incluindo um resultado líquido de 22.445,38 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ÓBIDOS CRIATIVA E.M.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Alertamos para o ponto “Acontecimentos Após a Data do Balanço” constante no Anexo e nos pontos “Mensagem da Administração” e “Perspetivas Futuras” do Relatório de Gestão relativamente à problemática associada à pandemia do COVID-19 e potenciais consequências para a Entidade em que a Administração compreensivelmente não está em condições de estimar possíveis impactos sobre a evolução da atividade futura, tendo contudo refletido a sua melhor avaliação a esta data.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

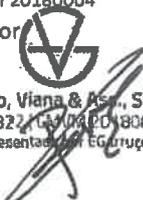
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Oliveira do Bairro, 29 de março de 2022

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda

SROC322 | CMVM 20180004

Representada por


Garruço, Viana & Ass., SROC
SROC 322 | CMVM 20180004
representada por Garruço

Elisabete P. Abrantes Garruço

ROC n.º 1355 | CMVM n.º 20160965



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2021



Garruço, Viana & Associado
SROC



Garruço, Viana & Associado
SROC

Rua do Foral n.º 67, 2.º Frente
3770-218 Oliveira do Bairro
Portugal
Tel: +351 234797103

SROC registada sob o n.º 322 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 20180004 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte: 514.490.136 | C.R.C. de Óbidos sob mesmo número

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da lei e do mandato que me conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da sociedade **Óbidos Criativa, E.M.** relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO

2. No desempenho das funções que nos são atribuídas, acompanhámos regularmente a atividade da Empresa, através da análise das suas contas, da verificação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, tendo a empresa utilizado o referencial contabilístico aplicável, as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
 - iii) O Relatório da Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
 - iv) A proposta de aplicação de resultados encontra-se devidamente formulada, dando cumprimento ao n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08.
4. Alertamos ainda a Administração para os potenciais impactos resultantes do disposto no artigo 62º da Lei 50/2012, caso a Entidade venha nos dois próximos anos a enquadrar-se nas situações elencadas no n.º 1 do referido artigo.
5. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas sem Reservas com uma Ênfase.

PARECER

5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que a assembleia geral da **Óbidos Criativa, E.M.** que:
 - i) Seja aprovado o Relatório da Administração;
 - ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021;
 - iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados conforme proposta no Relatório de Gestão.

Oliveira do Bairro, 29 de março de 2022

O FISCAL ÚNICO

Garruço, Viana & associado, SROC, Lda
SROC322 | CMVM 20180004
Representada por
Elisabete Pereira Abrantes Garruço,
ROC n.º 1355 | CMVM n.º 20160965

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM
ATRASSO EXISTENTES EM 31/12/2021

ÓBIDOS CRIATIVA – E.M.

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2020 (em cumprimento com alínea b) do n.º 1 do artigo 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro)

Valores em €

ID	Ano de Constituição	Class. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Montante	Sanções aplicáveis
	Da dívida		NIF	Designação			pele atraso no pagamento
21111154	2020	72112	214029034	Peter Alexandre da Cruz Pereira	Concessões	358,57	
21111238	2019	72112	513102884	Capinha d'Óbidos Lda.	Cessão de espaço	8315,00	
21111238	2020	7216	513102884	Capinha d'Óbidos Lda.	Prestação de serviço	6,77	
21111367	2020	7216	203722396	Catarina Maria Pedras Ribeiro	Prestação de serviço	20,30	
21111377	2020	7216	184828511	Luiza Maria Ferreira Duarte Bento	Prestação de serviço	6,77	
21111384	2020	7216	513956689	Thiagustur, Lda.	Prestação de serviço	6,77	



António José Pereira



